

Terceiro semestre do mandato do governador Fernando Pimentel em Minas Gerais

A crônica do Governo Pimentel ao longo do primeiro semestre de 2016 revela um período conturbado. As dificuldades enfrentadas têm origens diversas: econômicas, administrativas, judiciais, sociais e políticas. Foram meses marcados por inúmeras negociações com diferentes categorias dos servidores públicos. Ao mesmo tempo, o governo esteve às voltas com a elaboração de um projeto de reforma administrativa que deve gerar ao estado uma economia de R\$ 1 bilhão.

Em números absolutos, esse valor pode parecer significativo, mas representa uma ínfima parcela das despesas fixas da máquina pública. Como complemento, o governo promoveu um contingenciamento de gastos no valor de R\$ 2 bilhões, que lhe rendeu inúmeras críticas vindas do funcionalismo, da imprensa, da oposição e, principalmente, de sua base aliada.

Paralelamente a esses acontecimentos, o governador Fernando Pimentel vem enfren-

A instabilidade econômica

Inicialmente, há que se considerar que o estado está enfrentando, pelo segundo ano consecutivo, um déficit que supera os R\$ 8 bilhões, resultado de uma das maiores crises econômicas por que, em tempos recentes, o país tem passado. Houve queda na arrecadação e – dizem alguns críticos – faltam esforços de gestão para diminuir a sonegação e reduzir benefícios fiscais concedidos com retorno discutível.

Tudo isso se soma ao balanço negativo que o atual governo recebeu de seu antecessor ao assumir o mandato. Segundo o governo, o novo mandatário teria herdado um rombo de pelo menos R\$ 7 bilhões. Esse nú-

tando, em diferentes *fronts*, batalhas judiciais e políticas que ameaçam a continuidade de seu mandato. Por um lado, ele tem de haver-se com a reprovação das contas de sua campanha; com a acusação de abuso de poder econômico na disputa eleitoral; e com uma operação da Polícia Federal que o coloca sob suspeita de práticas de corrupção. Além disso, o governador tem de lidar com o fisiologismo do Poder Legislativo e o temor de que seus mais importantes aliados (em particular, o PMDB) se deixem seduzir pela mesma prestidigitação que levou a presidente da República ao afastamento e possível deposição do cargo.

Esses fatos – atuais ou possíveis – são algumas das situações enfrentadas pelo governador petista neste terceiro semestre de mandato que constituem o objeto do presente documento.

mero é contestado pelo PSDB que governou o estado nos doze anos precedentes (2003-2014). Seja como for, parece que, quando a crise econômica se agravou, as contas do estado já estavam em uma situação crítica.

Mesmo que não tenha sido o Governo Pimentel o responsável original pela severa escassez de recursos, cabe a ele gerenciar o problema. Desde que assumiu o mandato, as ações do atual Governo têm se limitado à busca de formas para superar a falta de dinheiro. As perspectivas de investimento minuíram. O desafio presente é manter os pagamentos em dia.

O rombo nos cofres públicos vem sendo enfrentado com diferentes iniciativas. A principal delas é uma reforma administrativa que já se arrasta há vários meses. A procrastinação é devida, sobretudo, às críticas públicas que o PMDB (maior aliado do governador petista) vem fazendo à proposta. Finalmente submetida ao Legislativo em maio, tal reforma aguarda a apreciação dos parlamentares. O governo tem a expectativa de que a votação ocorra ainda em junho, mas pode demorar mais.

Em 2015, logo após a posse, o governador Fernando Pimentel (PT) havia afirmado que a situação financeira de Minas Gerais era grave e exigia ajustes severos para que as contas se equilibrassem. Ainda assim, na primeira reforma que propôs, mantiveram-se cargos comissionados herdados das gestões tucanas e o número de secretarias de estado aumentou de 17 para 20.

Cumprindo promessas de campanha, o governador se comprometeu a pagar aos professores o piso nacional da educação. Foi um acordo histórico, com significado relevante para a categoria e com potencial positivo para a educação no estado. Contudo, tal decisão representou um impacto sobre os cofres públicos da ordem de R\$ 1,3 bilhão apenas em 2016.

Atualmente, o governo de Minas não está conseguindo pagar dívidas e investimentos estão paralisados. O uso de dinheiro proveniente de depósitos judiciais e o aumento na alíquota do ICMS sobre cerca de duzentos produtos e serviços não foram suficientes.

Também tem sido paga com atraso a dívida que o estado tem com a União. São cerca de R\$ 420 milhões mensais destinados a cobrir esse débito. Desde dezembro, o pagamento tem ocorrido com um atraso de cerca de dez dias. Durante esse período, o estado é incluído na lista de inadimplentes do Tesouro Nacional. Sem a quitação do débito, o repasse de impostos recolhidos pela União pode vir a ser retido.

Sem dinheiro em caixa sequer para manter o custeio da máquina pública, o governo pagou o salário de janeiro com atraso e, desde fevereiro, decidiu parcelar a folha de um quarto do funcionalismo. A medida atinge aqueles que ganham mais do que R\$ 3 mil por mês. Valores acima dessa cifra devidos aos servidores estão sendo pagos de maneira escalonada ao longo de cada mês. Na prática, o contingente de servidores nessa situação se concentra, sobretudo, na receita estadual e na área de segurança pública (cujo piso salarial supera os R\$ 3 mil).

Além disso, o governo criou uma situação crítica com os professores ao anunciar que não pagaria o piso nacional da educação, descumprindo, assim, o acordo firmado meses antes com a categoria. Idas e vindas marcaram essa negociação até que se chegasse a uma solução para o impasse sem quebrar compromissos firmados.

O sindicato que representa os trabalhadores do fisco contestam a justificativa dada pelo governo para o parcelamento de salário, segundo a qual estaria havendo uma expressiva redução na arrecadação. De acordo com o Sindifisco-MG, comparados ao mesmo período de 2015, o primeiro trimestre deste ano teria tido um aumento de 8,26% na arrecadação de ICMS e 8,4% a mais na receita tributária.

Os sindicalistas fazem críticas pelo fato de o governo não possuir um plano de combate à sonegação ou de revisão de concessões fiscais. Um relatório do Tribunal de Contas do Estado mostra que um terço do valor arrecadado com o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é sonegado todo ano. De acordo com essa tese, seriam R\$ 12 bilhões a cada exercício. Segundo análises publicadas na mídia, esse número pode ser muito maior, porque mineradoras só recolheriam compensações financeiras, não obstante o alto faturamento que elas obtêm e o estrago ambiental que deixam como rastro.

O governo e os servidores estaduais

O mês de janeiro trouxe, já de início, o desgaste representado pela demissão de milhares de servidores que haviam sido efetivados na carreira pública desde 2007. Essa lei complementar foi sancionada no Governo de Aécio Neves (PSDB) e julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Contudo, depois de anos de idas e vindas judiciais, coube ao governador Fernando Pimentel (PT) executar o desligamento desses servidores.

Evidentemente, esse ato representou um enorme desgaste. É difícil evitar que, na opinião pública, se associe essa providência com uma má vontade do governo. Deputados filiados a partidos da oposição contribuíram para alimentar essa ambiguidade fazendo propostas populistas que prometiam apenas legitimar a situação trabalhista já reprovada pelo Supremo. Na prática, eram medidas que poderiam ganhar tempo, arrastando, talvez por mais algum anos, a inevitável demissão, dado que o STF já se pronunciou sobre a ilegalidade da efetivação de servidores sem concurso público.

Pretendendo ignorar essa face do problema, no Legislativo, a oposição – responsável original pelo impasse criado – pareceu estar interessada apenas em resguardar sua imagem, ao invés de comprometer-se com a solução do imbróglio. Pelo lado do governo, não se contam apenas os prejuízos. Há indícios que levam à suposição de que a dispensa dos servidores da Lei 100 para sua posterior recontração temporária por designação pode ter representado uma economia no custeio na área de educação.

O excesso de servidores designados na Educação é, aliás, um problema que continua sem solução governo após governo. De acordo com informações publicadas na imprensa local, há menos servidores efetivos do que designados. Em 2015, o próprio governo divulgou que apenas um terço dos servidores são efetivos. Para resolver essa precariedade

dos contratos de trabalho, milhares de concursados foram sendo chamados, mas o problema está longe de ser resolvido.

Uma outra notícia abalou a relação já tensa entre o governo e o funcionalismo quando, no início de janeiro, foi noticiado que o salário referente ao mês anterior seria pago com atraso. A justificativa do governo para isso foram o déficit nas contas públicas, a queda na arrecadação fiscal e a folha paga em dezembro, que inclui salário mensal e décimo-terceiro.

Ainda no primeiro mês do ano veio a informação – já mencionada acima – de que 25% dos servidores públicos passariam a receber pagamentos de forma escalonada. Continuariam a ser pagos no quinto dia útil valores até R\$ 3 mil. Havendo saldo de salários acima disso, o servidor recebe em parcelas ao longo do mês. Isso implica que 75% dos servidores estão recebendo em dia e não sofrem prejuízo com a mudança, mas a adoção da escala representa um novo desgaste para o governo.

Houve reação por parte de lideranças sindicais, representantes dos trabalhadores de diversas áreas como educação, saúde, segurança pública e receita estadual. Além de exigir a manutenção do quinto dia útil como data para recebimento de salários, fez-se ouvir a reclamação de que faltariam ao governo ações consistentes de planejamento e de combate à sonegação fiscal.

O escalonamento de salários afeta, de modo especial, as áreas que recebem maiores salários, como os servidores da Fazenda e da segurança pública. Por razões diversas, ambas as categorias são estratégicas para o governo e, no caso da segunda, as paralisações e manifestações ocorridas em 1997, mostrou o alto risco das greves nesse setor.

Um dos primeiros setores a reclamar contra o atraso de salários foi o dos servidores da Associação Mineira do Ministério Público

(AMMP). Outro caso que chamou a atenção foi o dos servidores da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça que, segundo notícias publicadas pela mídia, continuam recebendo normalmente os salários integrais no quinto dia útil do mês.

Os professores, que compõem um dos mais importantes setores pelo número de servidores que agrega, não foram atingidos pelo referido escalonamento. No entanto, uma longa negociação foi mantida nos primeiros meses de 2016 para garantir que se cumprisse o acordo, feito no ano anterior, em razão do qual o estado se comprometeu a pagar o piso nacional da educação. O valor passou de R\$ 1.917,78 pagos no ano passado para R\$ 2.135,64 neste ano.

Segundo o governo, seria impossível aplicar tal índice porque, desde setembro, o estado já havia comprometido 48,71% de seu orçamento com o pagamento de pessoal. O limite prudencial é de 49%. Isso significa que, exceto em condições muito específicas, o estado fica impedido de conceder quaisquer vantagens ou reajustes que levem a ultrapassar esse limite.

O sindicato que representa os professores da rede pública de ensino, o Sind-UTE, chegou a ameaçar uma greve que impediria o início do ano escolar, caso o governo não fizesse esse reajuste de 11,36% referente à correção do piso nacional a partir de janeiro. De fato, ao firmar o acordo para pagamento do piso nacional aos professores, o governo havia assumido o compromisso de fazer reajustes anuais de modo a alcançar, em 2017, o piso nacional. Além disso, o acordo incluía a correção salarial sempre que o Ministério da Educação anunciasse reajustes.

No final de fevereiro, o governo concluiu uma negociação com o Sind-UTE, compromete-

tendo-se a enviar à Assembleia Legislativa um projeto de lei que viabilizasse o reajuste do piso nacional. Aprovando-se a proposta no Legislativo na primeira quinzena de março, o reajuste seria pago a partir de abril, retroativo a janeiro.

Contudo, no projeto de lei efetivamente enviado ao Legislativo constava aumento somente a partir de março e em forma de abono que incidiria sobre o salário-base e não sobre o total da remuneração. Tal projeto acabou sendo retirado da Assembleia Legislativa depois de ter sido contestado pelo sindicato que pedia a imediata incorporação do reajuste aos salários. Apenas no final de abril as negociações começaram a caminhar para seu termo, com a sanção do reajuste pelo governador. Contudo, o pagamento retroativo a janeiro depende de medida ainda por definir.

Situações como essa põem em xeque a capacidade do governo para honrar seus compromissos com o funcionalismo. Subjacente às reivindicações das diversas categorias está a insegurança quanto ao que vai acontecer nos meses restantes de 2016. Existe a suspeita de que a situação seja sempre mais grave do que se anuncia.

Há um estranhamento quanto ao fato de que os salários tenham começado a atrasar em janeiro, mês em que o recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) reforça substancialmente o caixa do estado. Depois de haver rompido a confiança ao deixar de atender o direito conquistado de se receberem salários no quinto dia útil, já está no horizonte a preocupação com o pagamento do décimo-terceiro salário, que pode estar ameaçado.

A disputa política na área de segurança pública

Embora, estritamente, esteja ligada à insatisfação que se difundiu entre as diversas

categorias de servidores estaduais, é preciso analisar em separado a campanha que se

instalou na área da segurança pública. Um ponto de partida para o tensionamento foram os atrasos e o parcelamento de salários. Já no início de janeiro começou a ocorrer, extraoficialmente, uma espécie de greve branca, movimento pelo qual as tarefas rotineiras e o atendimento passaram a ser realizados de forma mais lenta que o habitual. Contra os atrasos no pagamento de seus salários, policiais militares prometeram uma grande mobilização a se realizar durante o carnaval.

No início de fevereiro, houve manifestações diante da Assembleia Legislativa e do Palácio da Liberdade. Foi dado também um abraço simbólico ao quartel geral da Polícia Militar.

Em meados daquele mesmo mês, um projeto do governador que fixa os efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros até 2019 estava pronto para ser votado. Não havia polêmica em torno desse projeto, mas uma emenda da oposição ameaçou a continuidade da tramitação dele. Tal emenda pretendia obrigar o pagamento de salário integral até o quinto dia útil do mês. Atrasos passariam a ser multados tendo como referência a taxa Selic.

Na imprensa não faltaram, já naquele período, as inferências que atribuíam o movimento a uma disputa política com o governo e, para alguns analistas, também estariam presentes motivações eleitorais. Destacava-se, por exemplo, o fato de que – em se comparando com o que ocorre nos demais estados da Federação – as forças de segurança em Minas Gerais se encontram entre as mais bem remuneradas. Outro argumento ocasionalmente usado é o de que, durante a gestão tucana no estado mineiro, as forças de segurança teriam tido reajuste superior ao obtido pelos demais funcionários públicos.

A negociação com os servidores estaduais da segurança foi mantida em separado dos demais. Isso se explica pelo fato de que, depois da categoria dos professores, a seguran-

ça pública tem o maior número de servidores. São 75 mil, divididos entre policiais, bombeiros e agentes prisionais. Deve-se também à especificidade das reivindicações feitas pela categoria, como, entre outras, a manutenção da aposentadoria após trinta anos de contribuição.

Outro ponto de tensionamento foi o corte no orçamento anual da segurança, cujo valor total é de R\$ 17,3 bilhões. Em termos relativos, essa redução anunciada em fevereiro representaria apenas 2,1%. O valor do corte anunciado pelo governo em fevereiro seria de R\$ 360 milhões. No entanto, R\$ 260 milhões deveriam sair do Instituto de Previdência dos Militares (IPSM).

Os parlamentares diretamente associados à representação dos policiais trataram de se manifestar, protestando contra as ações anunciadas pelo governo. Tanto o deputado Cabo Júlio (PMDB) como o deputado Sargento Rodrigues (PDT) fizeram discursos ardorosos contra a decisão do governo e em favor dos interesses corporativos. O primeiro, na ocasião, era vice-líder do governo, mas acabou renunciando a esse posto, por considerá-lo incompatível com seu compromisso de defender a causa dos policiais.

Já o deputado Sargento Rodrigues faz parte do bloco de oposição e, segundo análises divulgadas na imprensa mineira, ele exerceria influência maior sobre os militares aposentados. Desde 2015, ao longo da disputa eleitoral em Belo Horizonte, o deputado Sargento Rodrigues é lembrado na imprensa como um potencial candidato a prefeito. Sua posição nesse debate sobre os interesses das forças de segurança representa também um aceno ao seus aliados do campo político do PSDB. Esse gesto deve ser compreendido no contexto mais amplo em meio ao qual apoios e pequenos acordos lançam bases para as alianças mais estratégicas dos partidos.

Diante da dura reação externada pelos deputados, parece estranho constatar que, em governos anteriores, o IPSM também foi

vítima de cortes de receitas. Um jornalista da capital chega a ironizar o fato de que “no último ano da gestão apoiada por Rodrigues [isto é, no governo do PSDB], a tesourada foi de estratosféricos 60,44%. E não se ouviu reclamação do deputado contra o contingenciamento” (Jornal Hoje em Dia).

Poucos dias depois do anúncio do contingenciamento, o governador Fernando Pimentel comunicou a suspensão da medida relativa ao instituto previdenciário dos militares. Esse ato representou uma capitulação do governo, cujo argumento de que o corte não teria efeito sobre pensões e assistência médica não convenceu os militares.

Destaca-se, em especial, um protesto que paralisou a Linha Verde no início de março. Na imprensa, houve quem acusasse o movimento militar de pretender desestabilizar o governo estadual e fomentar um levante policial, como o ocorrido em Minas Gerais, em 1997, e que levou à morte de um policial manifestante. O comando daquele movimento projetou seus líderes, posteriormente eleitos para cargos no Poder Legislativo.

No movimento atual, outros militares estão na disputa pela liderança e tem sido frequente a evocação dos eventos da década de 1990 como símbolo para as lutas reivindicatórias presentes. Pelo menos dois desses líderes são candidatos a vereador em Belo Horizonte nas próximas eleições. Segundo consta, aquele ato político de março contou com manifestantes vindos do interior, entre os quais potenciais candidatos a vereador ou a prefeito no final deste ano.

Em abril, uma nova pauta começou a ser considerada. Os manifestantes protestaram contra um projeto de lei complementar que está tramitando na Câmara dos Deputados, com vistas a permitir a renegociação da dívida dos estados com a União. Segundo a proposta, os estados deveriam congelar salários por dois anos, proibir contratações e elevar a contribuição previdenciária dos servidores. Além disso, os militares que se aposentarem

nos próximos dois anos deixariam de ser repostos. Tudo isso deveria ser feito em troca de um desconto de 40% no pagamento da dívida.

Por fim, outro ponto de tensionamento foi a reforma administrativa. Agentes e técnicos dos sistemas socioeducativo e prisional entraram em uma greve que durou boa parte do mês de maio. Reivindicavam principalmente o cumprimento de um acordo firmado pelo governo em 2015, com vistas ao atrelamento da carreira à segurança pública. Com isso, permaneceriam vinculados à Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds), ao invés de serem transferidos para a Secretaria de Desenvolvimento Social, tal como preconizado na reforma administrativa.

Os sindicatos que representam esses segmentos consideram tal transferência um retrocesso. Poder-se-ia identificar uma questão simbólica nessa resistência à mudança, já que sairiam da segurança pública para agregar-se à assistência social. No entanto, um argumento explicitamente utilizado é que, ao serem realocados na Fundação Caio Martins, estariam saindo de uma pasta cujo orçamento é de R\$ 250 milhões e sendo colocados em outra cujo orçamento é de R\$ 2 milhões. Do ponto de vista do governo, no entanto, tal mudança representaria um ganho dado que o atendimento aos jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio fechado passaria a ter um caráter mais pedagógico e a ser visto como uma proteção ao adolescente, ao invés de reforçar o caráter punitivo.

O acordo que pôs fim à greve implicou a criação de um grupo de estudos representado por várias entidades do estado e da sociedade civil interessadas pela questão. O grupo deve elaborar uma proposta de reestruturação do sistema estadual de socioeducação. Os agentes serão mantidos na Secretaria de Segurança Pública; os demais servidores serão alocados na Secretaria de Desenvolvimento Social e na Fundação Caio Martins, tal como proposto na reforma administrativa.

Não obstante outras reivindicações tenham sido atendidas na negociação, essa decisão ainda gera insatisfações entre os sindicalistas

A proposta de reforma administrativa

Fala-se da necessidade de uma segunda reforma administrativa desde que a primeira foi aprovada, durante os primeiros meses de mandato do governador Fernando Pimentel. Desde então foi ficando claro que as mudanças implantadas naquela época eram insuficientes. Atendiam à necessidade de arranjo e distribuição de cargos para garantir a correlação das forças políticas dentre os aliados do governo, mas não resolviam as demandas financeiras, decorrentes do arrocho nas contas públicas, da crise econômica e seus impactos fiscais. Esses dois aspectos (em tempos recentes, somou-se a estes um terceiro discutido à frente) seguem sendo os mais importantes fatores da atual reforma.

Com relação ao equilíbrio das contas, deve-se reconhecer várias iniciativas já tomadas. Foi aumentado o imposto em cerca de duzentos produtos; de outros, foram retiradas as isenções tributárias. Conseguiu-se a duras penas viabilizar o uso de bilhões de reais provenientes de depósitos judiciais. Renegociaram-se custos e condições da dívida junto à União. Ao que parece, o receituário tradicionalmente aplicado na gestão pública em momentos de crise vem sendo seguido.

As críticas que se fazem a essas medidas consistem na afirmação de que mais cortes poderiam ser feitos nos custos de manutenção da máquina pública. Esse argumento, no entanto, precisa ser avaliado com mais cuidado, pois frequentemente ele é usado sem levar em consideração que o valor de determinados serviços prestados pelo Estado não são mensuráveis apenas em termos puramente quantitativos. Tampouco podem ser precificados tomando em consideração apenas critérios econômicos.

que continuam defendendo que os técnicos tenham sua carreira regulamentada no sistema prisional.

Outra crítica comum já mencionada acima diz respeito ao fato de que o governo estaria se esforçando pouco para diminuir a sonegação de impostos. Supostamente, arrecadando com mais eficiência a sociedade poderia sofrer menos arrocho. Esse modo de ver o problema o vincula necessariamente à carência de uma reforma fiscal que é requerida no plano nacional e foge da possibilidade de o estado implementá-la por sua própria conta.

Deve-se destacar que, no Brasil, os mais pobres pagam proporcionalmente mais impostos do que os mais ricos. Não há, no cenário nacional, nenhuma medida que possa atacar esse lado da questão. Ignorando essa situação, todas as vezes em que se trata do tema arrecadação fiscal e gastos públicos, mantém-se o discurso de curtíssimo prazo representado pelo receituário do aumento de impostos e corte de despesas. Raramente se propõem discussões de fundo.

No entanto, não é apenas o aspecto econômico que está na base dos ajustes na máquina estatal que está sendo proposta. Há, sobretudo, um viés político que se mostra na forma como o poder vem sendo repartido ao atribuírem-se os cargos. Nesse aspecto, parece residir o principal problema do modelo de gestão adotado no governo. Interesses menores e particulares das forças e partidos políticos acabam sendo priorizados, em detrimento da construção de um projeto político e social para o Estado.

É importante lembrar que esse não é um problema exclusivo do governo petista, mas uma questão mais geral que diz respeito ao modo como se faz política no Brasil. O reflexo mais visível é o loteamento de cargos nos governos, tentando agradar e afagar aliados para, com isso, seduzi-los para manter seu

apoio. A possível deposição da presidente Dilma Rousseff (PT) mostra o quanto se tornou arriscado hoje, para um governante, não ceder à ganância por cargos e poder daqueles que usurpam o verdadeiro sentido e a razão de ser da política.

Esse é, afinal, o terceiro aspecto que precisa ser apontado como uma das principais motivações das reformas em andamento. O governador Fernando Pimentel (PT) vem enfrentando uma batalha judicial relativa às contas e ao financiamento da campanha que o consagrou ao cargo que ocupa.

Não parece possível negar que a reforma administrativa e a mudança no secretariado representem um realinhamento de forças com vistas a posicionar-se taticamente para enfrentar essa batalha. Tal embate deve dar-se em duas frentes – no Judiciário e no Legislativo – e as mudanças em andamento consti-

A instabilidade judicial

Além dos problemas administrativos, próprios da gestão pública em tempos de crise, o governador Fernando Pimentel (PT) tem lutado também contra um outro espectro de problemas, em razão do qual vem sofrendo consecutivas derrotas na Justiça. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Minas Gerais rejeitou as contas da campanha de 2014. As irregularidades seriam várias. Entre elas, destaca-se a acusação de que a campanha petista extrapolou em R\$ 10 milhões a previsão de gastos.

De acordo com a defesa, as diferenças encontradas seriam meras questões contábeis. Seja como for, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) manteve a rejeição das contas. Essa condenação pelo TSE não gera perda de mandato, mas um processo de cassação está sendo discutido no TRE mineiro, motivado pela acusação de que, no pleito de 2014, teria havido abuso de poder econômico e político.

tuem uma tentativa de reforçar as posições do governo e reafirmar os apoios para que Pimentel não venha a ter o mesmo destino que, até o momento, vem se abatendo sobre a presidente Dilma.

Em suma, são vários os aspectos que devem ser atendidos com a reforma política proposta pelo governo: um reposicionamento econômico, um rearranjo das correlações de forças, a tentativa de garantir a continuidade do mandato do governador até o fim do prazo constitucionalmente pactuado. Não aparece em nada disso a preocupação com a proposição ou a revisão de políticas públicas. Também não transparece haver preocupação em reformar o modo como tradicionalmente tem sido feita a política no país. Em razão disso, as mudanças são apenas tópicas, sem efeitos estruturais.

Em abril, um pedido de *impeachment* foi apresentado à Assembleia Legislativa tendo como anexo a análise das contas do Governador feita pelo TRE. O documento, apresentado por um advogado proveniente de Brasília, considera como motivos para o impedimento também a movimentação de depósito judicial (medida para a qual o Governo diz ter obtido permissão do Judiciário), maquiagem contábil e propaganda enganosa. Segundo governistas, além de reduzir-se a uma cópia de um processo que havia sido aberto contra o presidente do Congresso, o pedido continha erros crassos e fundamentação jurídica insuficiente. Sob esta última alegação, o processo foi rejeitado pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes (PMDB).

Enquanto aguarda os desdobramentos de outras medidas judiciais, também a oposição elaborou um processo pedindo o *impeachment* do governador. Segundo notícias divulgadas na mídia, os opositores pretendem

solicitar esclarecimento sobre o uso dos fundos judiciais, além de caracterizar o parcelamento de salários dos servidores como má administração. Se bem sucedidos, eles podem usar esses argumentos e acusar o governador de improbidade administrativa.

Além disso, as delações premiadas obtidas no âmbito da operação Acrônimo, discutida a

A instabilidade política

Embora processos judiciais possam demorar para avançar, eles já surtem o efeito imediato de gerar instabilidade para o governo. Complicam ainda mais o cenário os acontecimentos recentes que levaram ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT).

O afastamento de Dilma só foi possível pela debandada e consecutiva tomada de assalto ao poder posta em ação pelo PMDB. Sobre este e outros partidos pesam acusações tão graves quanto as que são lançadas contra o Partido dos Trabalhadores. No entanto, essas forças políticas abandonaram o Governo Dilma e se ergueram como *paladinos da moral e dos bons costumes* na política. Eles próprios, apontados como beneficiários dos mesmos esquemas de financiamento irregular de campanha ou de enriquecimento ilícito, tomaram ilegitimamente o poder, embora aleguem estar amparados pela observância da Lei e da Constituição.

Paira sobre Fernando Pimentel ameaça semelhante. Uma questão que se apresenta no momento é se e por quanto tempo continuaria sendo conveniente ao PMDB e a outros partidos, aliados por oportunismo, a permanência na coligação que sustenta o Governo.

Como já dito, desde meados do ano passado, vem sendo discutida no estado a reforma administrativa que deveria – segundo os governistas – aprimorar a máquina pública, cortando desperdícios e tornando a gestão mais eficiente. Esse tema promoveu uma grande reclamação por parte do PMDB, que

seguir, podem gerar material para novos processos. Exemplo disso é o pedido de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que circula na Assembleia Legislativa. Seriam necessárias 26 assinaturas de deputados para que a investigação fosse aberta. Segundo um de seus apoiadores, 16 parlamentares já teriam aderido à proposta.

exige sempre maior poder decisório dentro do governo.

Os meses de fevereiro e março foram marcados por uma espécie de greve feita pelos deputados estaduais. Num ato de rebeldia ao governo, os parlamentares do PMDB obstruíram a votação de um projeto de lei na área de educação. Também deixaram de comparecer ao plenário, visando impedir que fosse votado um projeto para a segurança pública. Mesmo a reforma administrativa que chegou à Assembleia apenas no início de maio, continua sem grandes avanços. O governo vem sendo obrigado a fazer diferentes concessões de modo a manter a adesão e a fidelidade desse partido que é seu maior aliado.

Trata-se, efetivamente, de um importante aliado. No entanto, é um partido que reproduz a forma mais tradicional de se fazer política em Minas Gerais. Sua atuação é marcada pelo fisiologismo. Cada voto que, de alguma forma, favorece o governo tem um preço a ser pago. Esse custo é cobrado em cargos que aumentam a fatia dos correligionários do PMDB na gestão de políticas e de verbas públicas.

Outra exigência é o pagamento das emendas parlamentares, forma legalizada a que recorre um deputado para destinar verbas públicas a obras de seu interesse. Destinar recursos, em princípio, deveria ser atribuição exclusiva do Poder Executivo. Ao servir-se desse estratagema, os deputados mostram a suas bases eleitorais que estão fazendo algo

por elas. Perpetuam, de tal modo, o clientelismo típico do político brasileiro.

Não atender a essas e outras demandas similares dos parlamentares seria correr o risco de perder o apoio deles. Na prática, quando o governo precisar de votos em favor de algum projeto faltar-lhe-ão aliados.

Por exemplo, o PMDB forma hoje o maior grupo de deputados dentro da Assembleia Legislativa. Sem ele o governo perderia a maioria que hoje detém. Assumir esse risco

pode representar o primeiro passo para que venha a acontecer com Pimentel, em Minas, o mesmo que, no plano nacional, ocorreu com Dilma.

As últimas décadas mostram que o PMDB tem sido um aliado importante para todos os governos dos quais participa, mas é uma força instável. Quanto ao modo como faz política, o PMDB é um nó de forças retrógrado e, sob certos aspectos, até mesmo reacionário.

A operação Acrônimo e a ameaça do impeachment

Embora o inquérito tramitasse sob segredo de Justiça, veio a público em março que o ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), autorizou a Polícia Federal a interrogar o governador Fernando Pimentel (PT), como parte das investigações conduzidas na operação Acrônimo. Essa operação da Polícia Federal investiga a suposta ocorrência de lavagem de dinheiro, num esquema montado para encobrir doações ilegais em campanhas eleitorais.

No início de maio, a Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou o governador Fernando Pimentel ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Também foi denunciado o empresário Benedito Rodrigues de Oliveira, o Bené. Na denúncia, a Procuradoria cita repasses feitos para empresas de Bené pela Caoa – concessionária que revende automóveis da marca Hyundai.

Tais repasses teriam sido feitos quando Fernando Pimentel ainda era ministro do desenvolvimento, indústria e comércio exterior, durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. Segundo a acusação, Pimentel teria recebido, de Bené, “vantagens indevidas”, além de não ter declarado os valores referentes aos serviços de uma gráfica do empresário na campanha que o elegeu em 2014.

Existe também a acusação de que Pimentel teria beneficiado a Caoa por meio de um programa de isenções fiscais. Em troca, ele teria recebido R\$ 20 milhões. Os repasses supostamente feitos às empresas de Bené seriam retribuição pelo benefício tributário granjeado. O dinheiro proviria de desvios de um financiamento obtido pela Hyundai junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A Caoa afirma que se trata do pagamento de consultorias e nega qualquer envolvimento com o governador.

Para a Polícia Federal, os documentos seriam suficientes para demonstrar que essas consultorias eram apenas fachada. Ainda segundo a investigação, Pimentel seria o “chefe da quadrilha” que teria atuado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento. Essa acusação não foi incorporada na denúncia da Procuradoria-geral da República e, para o Ministério Público, não há provas de que Pimentel seja chefe do esquema.

Contudo, no final de maio, o vazamento do conteúdo da delação premiada do empresário Bené agitou a Assembleia Legislativa. A oposição está convencida de que o pedido de *impeachment* do governador pode se embasar nas novas acusações. Já no exercício de seu mandato como governador, Pimentel teria se encontrado com representantes da Caoa para tratar da extensão de benefícios tributários à montadora, servindo-se do Mi-

nistério do Desenvolvimento Econômico. De acordo com o que consta na delação, Pimentel alterava portarias para beneficiar segmentos empresariais que estivessem dispostos a fazer doações eleitorais.

A defesa de Pimentel afirma que as acusações são absurdas, na medida em que compete apenas à Receita Federal e ao Ministério da Fazenda a definição de alíquotas de impostos federais. Tais decisões não estariam, portanto, no campo de possibilidades do ministro do desenvolvimento, cargo exercido na época por Pimentel (de 2011 a 2014).

Independentemente do acréscimo de novos elementos ao caso, em princípio, bastaria agora que o Tribunal aceitasse a denúncia para que Pimentel se tornasse réu. A decisão caberia ao relator do caso no STJ, o ministro Herman Benjamin. De acordo com a Constituição estadual, em sendo aceita a denúncia o governador deverá ser suspenso de suas funções.

No entanto, acatando uma tese da defesa, o STF suspendeu o andamento da denúncia até que a Corte Especial do STJ decida se o governador pode se tornar réu da operação Acrônimo sem a autorização da Assembleia Legislativa.

Para a defesa do governador, ele não poderia ser afastado do cargo sem a aprovação de dois terços dos 77 parlamentares. Sem isso, a acusação de haver cometido crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e falsidade de documento particular sequer poderia ter sido submetida ao STJ.

Está instalada uma controvérsia jurídica com fortes matizes políticos. Para os oposi-

cionistas, a Constituição mineira prescreve o afastamento automático do governador que se torna réu em um processo judicial. Os governistas preconizam a autorização pelo Poder Legislativo.

Também entre os juristas há incertezas. Alguns afirmam que o afastamento do deputado Eduardo Cunha (PMDB) de seu mandato parlamentar e da presidência da Câmara de Deputados abriria uma brecha nessa exigência de votação pelo Legislativo.

Efetivamente, a Constituição determina a instauração de processo pela Assembleia Legislativa em caso de crimes de responsabilidade, mas não nos crimes comuns. Resta saber como vão se enquadrar as acusações feitas contra Pimentel, por atos supostamente praticados antes de se tornar governador.

Os próximos passos que poderão levar ao desenlace dessa situação vivida pelo governador Fernando Pimentel têm um caráter legal e refere-se a prescrições processuais. A abordagem do tema vem sendo feita em meio a discussões crivadas de preciosismos na apropriação de conceitos jurídicos. No entanto, a exemplo do julgamento de Dilma Rousseff que vem ocorrendo, o futuro do governador parece depender muito mais das decisões políticas.

Se a decisão de dar prosseguimento à investigação e afastar o governador finalmente couber à Assembleia Legislativa, importará menos a efetiva existência de crime e terá mais valor o apoio político de cada deputado, das bancadas e seus líderes. Partindo dessa constatação, delineiam-se a seguir alguns campos de ação tática do governador.

Primeira arena tática do Governo Pimentel: o campo judicial

Havendo uma interpretação desfavorável por parte do STJ, Pimentel deverá recorrer ao STF. Seu objetivo é garantir o entendimento de que não se pode processar o governador sem autorização de dois terços dos deputados estaduais (52 em 77 votantes).

Embora, em princípio, a Constituição mineira prescreva um processo legal diferente do que é estabelecido no plano federal, os advogados de Pimentel afirmam que já há um entendimento consagrado no STF, segundo o qual aos governadores tem sido ga-

rantida a prerrogativa de serem processados pelo STF apenas quando há consentimento dos deputados estaduais. Decisões semelhantes teriam sido tomadas pelo STF mesmo nos casos em que a Constituição estadual determina um processo diverso.

Além disso, de acordo com a defesa do governador, já há um antecedente verificado mesmo no estado de Minas Gerais. Os advogados devem apelar para uma jurisprudência criada quando, em 2001, o ex-governador Itamar Franco foi acusado de calúnia e injúria pelo ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, general Alberto Cardoso. Na época, o STJ aceitou a ação, ignorando o entendimento do STF de que ela não poderia prosseguir sem autorização da Assembleia Legislativa. Em nome do princípio da autonomia federativa, foi concedida uma liminar que favorecia Itamar Franco, mesmo se tratando de uma infração que a defesa de Pimentel considera como estranha ao exercício das funções governamentais.

Ainda em maio de 2016, supondo a similaridade dos casos, o governador Fernando Pimentel recorreu à Corte Especial do próprio STJ pedindo que o processo só avance mediante permissão do Poder Legislativo. A medi-

da tomada pelo STF nos primeiros dias de junho exige que o processo não prossiga até que essa decisão seja formada pela referida Corte.

Enquanto a retomada do caso não acontece, o Partido Democratas (DEM) ajuizou uma ação no próprio STF pedindo que o artigo 92 da Constituição mineira seja respeitado e que, para o afastamento de Pimentel do cargo de governador, não seja requerida votação na Assembleia. Segundo esse e outros partidos de oposição, a natureza dos crimes de que o governador é acusado permitiria a tramitação da ação sem a exigência dessa autorização do Poder Legislativo.

Enquanto o julgamento da questão não acontece, deve continuar parada a notificação que, de outra forma, já teria sido expedida para que Pimentel responda às acusações feitas contra ele.

Prevalecendo no STJ a tendência de afastar o governador sem consulta à Assembleia, Pimentel passará a depender do Supremo para que se mantenha a jurisprudência gerada no caso de Itamar Franco. A dúvida que resta é se, frente à acusação de corrupção, o Supremo terá o mesmo entendimento que teve diante de uma denúncia por difamação.

Segunda arena tática do Governo Pimentel: garantia de foro privilegiado

O governo tratou de reorganizar-se para enfrentar a batalha também em outras frentes. Uma das táticas empregadas foi promover uma série de rearranjos políticos, associados à reforma administrativa que já vinha sendo gestada desde o ano passado, com a alegada intenção de dar maior eficiência à máquina estatal.

Em um gesto que gerou muita polêmica, o governador nomeou, em abril, a sua esposa, Carolina Oliveira, como secretária de trabalho e ação social; em maio, o superintendente da Polícia Federal em Minas, Sérgio Menezes – um dos responsáveis pela operação Acrônimo, que investiga o governador, entre

outras coisas, por corrupção e fraude eleitoral –, foi convidado para comandar a Secretaria Estadual de Defesa Social que coordena os serviços de segurança pública.

Além disso, há também o caso do presidente da Cemig, Mauro Borges, que seria transferido para a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemig). Na reforma administrativa essa empresa ganhará *status* de secretaria.

Surgiram, então, especulações que tratam a nomeação de Carolina Oliveira e a de Mauro Borges como forma de garantir a ambos a prerrogativa de foro, de modo que não pudessem ser julgados em primeira instância.

Quanto à nomeação de Sérgio Menezes, não faltaram ilações que enxergaram nesse convite uma tentativa de cooptar o policial federal e neutralizar a operação Acrônimo.

Em especial, a nomeação da esposa do governador gerou um constrangimento difícil de ser contornado mesmo entre os aliados. A imprensa e os partidos de oposição alardearam a analogia dessa decisão com a recente tentativa de nomear o ex-presidente Lula (PT) para o Ministério da Casa Civil.

Para os governistas, a nomeação de secretários é uma prerrogativa do governador; para a oposição, estaria ocorrendo improbidade administrativa e um desvio de função com o único intuito de oferecer foro privilegiado para Carolina Oliveira, investigada pela Polícia Federal.

Multiplicaram-se, então, as ações ajuizadas pedindo que fosse anulada a nomeação. Dias depois, uma decisão judicial acatou a tese de que estaria havendo desvio de finalidade para a função, ao beneficiá-la com a prerrogativa de foro. Foi anunciado que a

Advocacia-Geral do Estado (AGE) apresentaria recurso, mas Carolina desistiu de sua nomeação após decisão desfavorável ao Governo expedida por um desembargador.

Já a cessão do delegado Sérgio Menezes pela Polícia Federal foi publicada no Diário Oficial da União. Esse foi um dos últimos atos do Ministério da Justiça sob o governo de Dilma Rousseff. O Governo mineiro justifica a escolha, reafirmando que Menezes detém vastas formação e experiência profissional na área de segurança pública em diferentes estados do País.

No entanto, a diretoria-geral da Polícia Federal diz não ter sido consultada e pretende pleitear junto ao governo de Michel Temer o cancelamento da cessão, sob a alegação de que esse ato não é de interesse para a corporação. Ainda existe a possibilidade de sua posse ser barrada, mas consta que ao pedir licença junto à Polícia Federal para assumir o cargo, Sérgio Menezes teria solicitado também sua aposentadoria.

Terceira movimentação tática do Governo Pimentel: apoio político

Os governistas confiam no respaldo que esperam encontrar na Assembleia Legislativa no momento oportuno. Essa é uma das razões que levou Pimentel a fazer tantas concessões quantas foram necessárias para manter o apoio político no Legislativo. Ele tem procurado manter a maioria parlamentar (com pelo menos 55 votos dentre os 77 deputados) que conseguiu formar no início do seu mandato. Bastariam apenas 25 votos para que o processo fosse impedido de prosseguir.

Embora os números sejam tranquilizadores para o governo, permanece sempre a sombra dos acontecimentos de 17 de abril, quando Dilma Rousseff necessitava de apenas 172 em 531 votos para que o *impeachment* não prosseguisse e mesmo assim foi derrotada.

No início de junho, um jornal da capital fez uma pesquisa para apurar a opinião dos deputados estaduais quanto à necessidade de se consultar o Legislativo para autorizar o andamento do processo contra o governador. O resultado não é conclusivo, por diversas contingências metodológicas da elaboração do estudo.

No entanto, mesmo precários, os dados permitem afirmar que não se pode supor, de antemão, que os deputados manterão alguma fidelidade ao governo. Pode-se assistir a mudanças, susceptíveis a negociações mais favoráveis e a conveniências que se apresentem até a data da eventual votação.

Mais uma vez, o fiel dessa balança pode ser o PMDB, personificado pelo presidente da Casa, o deputado Adalclever Lopes. O resultado também parece depender da fidelidade

do vice-governador e presidente estadual da legenda, Antônio Andrade.

O conteúdo da delação premiada do empresário Benedito Rodrigues pode desarranjar o frágil equilíbrio das forças estabelecido pelos governistas. Vários deputados petistas

teriam sido citados entre os favorecidos pelo esquema. Em razão disso, tem crescido a tensão na Assembleia Legislativa. Não se pode descartar que a base aliada do governador comece a se esfacelar frente às novas acusações.

Créditos

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Uma versão preliminar deste documento foi submetida a apreciação pelo Coletivo Arquidiocesano de Fé e Política, em reunião do dia 30 de maio de 2016.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 05 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: www.pucminas.br/nesp | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick - VEASP

José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza

Redator

Claudemir Francisco Alves